

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2010

O Convênio de Delegação, celebrado em junho de 2007 entre a União e o Estado de São Paulo, prevê a exploração do Porto Organizado de São Sebastião por 25 (vinte e cinco) anos; e entre outras obrigações foi pactuada a criação de uma empresa, a Companhia Docas de São Sebastião, para exercer as atribuições exaradas no artigo 33 da Lei federal nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, como interveniente do Estado na execução do referido Convênio. Tal iniciativa objetivou reinserir o Porto de São Sebastião no cenário portuário, ao mesmo tempo em que potencializa um projeto logístico que dá sustentação ao crescimento da economia paulista. O desenvolvimento do Porto de São Sebastião apoia-se em duas frentes: a) na requalificação da infraestrutura existente - que se materializa, no médio e no curto prazo, restabelecendo e ampliando as condições mínimas de competitividade de São Sebastião no cenário portuário; e b) na ampliação da área do Porto Organizado e sua infraestrutura, incluindo os acessos rodoviários e as interfaces com o município de São Sebastião - Plano Integrado Porto-Cidade (PIPC).

Intervenções	Repercussão
Obtenção da Licença de Operação para o Porto existente	IBAMA concedeu a LO para as instalações existentes em fevereiro de 2010, complementando-a com nova redação em agosto do exercício passado
Dragagem de Aprofundamento no berço principal para 10,0 metros	Com o objetivo de atrair embarcações de maior calado, ampliando a movimentação das cargas, a dragagem está sendo realizada por etapas e sua conclusão está prevista para maio de 2011

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 e 2009 - (Expressos em Reais)

ATIVO	31/12/2010	31/12/2009
<b>CIRCULANTE</b>		
Disponibilidades	2.655.330	1.040.806
Clientes	409.895	578.173
Tributos a Recuperar	717.710	476.881
Despesas Antecipadas	89.466	4.967
Adiantamento Pessoal	-	11.454
	<b>3.872.401</b>	<b>2.112.281</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Imposto de Renda e Contrib. Social Diferidos	1.180.981	1.002.256
Imobilizado	7.883.041	4.740.573
Intangível	591.057	162.543
Diferido	118.078	177.117
	<b>9.773.157</b>	<b>6.082.489</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>13.645.558</b>	<b>8.194.770</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 - (Expresso em Reais)

	Capital social	Prejuízo acumulado	Total
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>4.960.000</b>	<b>(2.246.888)</b>	<b>2.713.112</b>
Adto. p/ Futuro Aum. de Cap. (2009)	1.100.000	-	1.100.000
Prejuízo do Exercício	-	(834.858)	(834.858)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>6.060.000</b>	<b>(3.081.746)</b>	<b>2.978.254</b>
Adto. p/ Futuro Aum. de Cap. (2010)	5.000.000	-	5.000.000
Prejuízo do Exercício	-	(565.964)	(565.964)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>11.060.000</b>	<b>(3.647.710)</b>	<b>7.412.290</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Notas explicativas à demonstração contábil relativa ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010

**1. CONTEXTO OPERACIONAL:** A Companhia foi formalmente constituída através da Assembleia Geral de Constituição por Subscrição Particular, de 03 de setembro de 2007 e, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, em 06 de setembro de 2007. Sua finalidade precípua é exercer as atribuições de Autoridade Portuária no Porto Organizado de São Sebastião, na forma da Lei Federal nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, e de acordo com o Convênio de Delegação celebrado entre Estado e União Federal em 15 de junho de 2007, nos termos da Lei Federal nº 9.277, de 10 de maio de 1996. **2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a Lei das Sociedades por Ações (com nova redação dada pela Lei nº 11.638), Medida Provisória nº 449, convertida na Lei Federal nº 11.941, em 27 de maio de 2009, e as normas e pronunciamentos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade. **3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:** A Lei nº 11.638/07, de 28

(a) Imobilizado	Em reais			
		31/12/2010	31/12/2009	
	<b>Taxas Anuais de Depreciação</b>	<b>Custo</b>	<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>Líquido</b>
Dragagem Corretiva	4% a.a.	2.247.474	(193.000)	2.054.474
Benefitorias em Propriedades e Terceiros	4% a.a.	2.401.680	(181.893)	2.219.787
Móveis e Utensílios	10% a.a.	519.102	(86.159)	432.943
Instalações	10% a.a.	779.864	(51.931)	727.933
Máquinas e Equipamentos	10% a.a.	224.114	(25.335)	198.779
Hardware	20% a.a.	117.977	(40.863)	77.114
Aparelhos de Som/Video/Imagem	10% a.a.	10.495	(2.004)	8.491
Copa e Cozinha	10% a.a.	3.244	(491)	2.753
		6.303.950	(581.676)	5.722.274
Imobilizado em Andamento		2.160.765		2.160.765
<b>TOTAL</b>		<b>8.464.715</b>	<b>(581.676)</b>	<b>7.883.039</b>
				<b>Em reais</b>
				<b>2010</b>
	<b>Taxas Anuais de Depreciação</b>	<b>Custo</b>	<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>Líquido</b>
Programa de Software Licenças de Uso	20% a.a.	304.671	(27.646)	277.025
Intangível em Andamento		314.032		314.032
<b>TOTAL</b>		<b>618.703</b>		<b>591.057</b>

**3.4. DIFERIDO:** Os valores registrados no Ativo Diferido correspondem aos gastos incorridos na fase pré-operacional com pessoal e seus respectivos encargos sociais, com publicações legais, telecomunicações, viagens e despesas gerais e foram constituídos até 15/01/2008. Estão sendo amortizados à taxa de 20% ao ano. **3.5. REDUÇÃO DE VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS:** Tendo como objetivo definir procedimentos visando assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, anualmente esses ativos são revisados para verificar se há alguma indicação de perda no seu valor recuperável e caso existam evidências claras, a empresa deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas. **3.6. IMÓVEIS DE TERCEIROS EM PODER DA COMPANHIA DOCAS DE SÃO SEBASTIÃO:** Os bens imóveis e móveis integrantes do patrimônio do Porto de São Sebastião e utilizados na exploração das atividades operacionais da Companhia - objeto de levantamento físico, a cargo de comissão constituída conforme Portaria nº 209/2007-ANTAQ, de 19 de outubro de 2007, da ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários - foram registrados em rubricas contábeis de compensação ativa e passiva, pois foram cedidos à Companhia, por força do Convênio de Delegação ao Estado de São Paulo. Todavia, a titularidade dos bens patrimoniais em referência continuará com a União. O valor total contabilizado dos bens foi de R\$ 44.586.042. **3.7 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DE IRPJ E CSLL:** Os créditos tributários de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foram contabilizados aplicando-se as alíquotas de 15% e 9% sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuições sociais ocorridos em 2008, 2009 e 2010. **3.8. COBERTURA DE SEGUROS:** A Companhia possui programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de limitar os seus custos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e operação. A cobertura foi contratada para cobrir eventuais sinistros

Mobilização de simulador de handling mecanizado (CAP)	Foi realizada a qualificação da mão-de-obra dos TPA ligados ao OGMO para operar equipamentos de movimentação horizontal e vertical
Requalificação das instalações administrativas do Porto	Obras civis de adequação predial e modernização do parque de TI com integração ao INTRAGOV
Tramitação da Licença Prévia do PIPC - Plano Integrado Porto-Cidade (ampliação do Porto)	IBAMA recebeu documentação complementar ao processo de licenciamento prévio do empreendimento e aguarda-se agendamento por parte do Órgão para a realização das Audiências Públicas em março de 2011

A área total disponível no Porto Organizado para armazenagem e realização das operações portuárias totaliza 400.000 metros quadrados. A redemarcação da Zona Primária, com 196.040,05 metros quadrados, proporcionou a ampliação da área antes oferecida para operações que necessitem de espaço e facilidades alfandegárias. A partir de 2008, a área alfandegada passou a contar com três armazéns lonados de capacidade total de seis mil metros quadrados e um armazém no cais com 1.000 metros quadrados, e pátios descobertos com 79.700 metros quadrados. i) A dragagem iniciada em 2010 contemplará o berço principal, restabelecendo seu calado de projeto para 10,0 metros o que ampliará a operação comercial para embarcações com maior volume de cargas; ii) Atendendo uma solicitação emanada das reuniões entre os integrantes do Conselho da Autoridade Portuária de São Sebastião - CAP, qual seja a preocupação

o nível de qualificação da mão-de-obra do Órgão Gestor de Mão-de-Obra (OGMO), a Companhia concluiu o treinamento e aperfeiçoamento dos trabalhadores credenciados junto à entidade; iii) As obras civis de adequação nas instalações administrativas do Porto entram na fase final com o objetivo de racionalizar espaços físicos, com a substituição do mobiliário existente, compreendendo a revisão das redes elétricas, hidráulicas e as redes secas para equipamentos de informática, incluindo sua comunicação com o sistema INTRAGOV e a Matriz, em São Paulo; iv) Em 2010, o Porto movimentou 664.121 t de cargas por intermédio do cais comercial. Os principais produtos foram: granéis sólidos (barrilha, 239 mil t; malte e cevada 138 mil t, e sulfato de sódio com 128 mil t). Os tubos em 2010, no âmbito do Projeto Uruguá, da Petrobras, registraram a movimentação de 29 mil t. Foi realizado o desembarque pioneiro e a armazenagem parcial de 80 mil t de clínquer; v) No Terminal Privativo da Petrobras - TEBAR, operado pela Transpetro, o movimento foi equivalente a 47.284 milhões t de granéis líquidos transportadas em 617 navios durante o exercício de 2010. Um decréscimo de 4,7%, quando comparado a 49.627 milhões de t de 2009, que foram transportadas em 641 navios; vi) Foi aplicado R\$ 1,1 milhão no exercício de 2010 e empenhados R\$ 3,9 milhões como Restos a Pagar, totalizando R\$ 5,0 milhões em adiantamento para aumento futuro de capital. Foram aprovados R\$ 10 milhões para investimentos em 2011 por parte do Governo do Estado, conforme consta da Lei Orçamentária Anual nº 14.309, de 27 de dezembro de 2010.

São Paulo, 31 de dezembro de 2011

A Administração

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 - (Expresso em Reais)	31/12/2010	31/12/2009
<b>RECEITA DE VENDAS</b>		
Receitas de Serviços Prestados	10.474.461	10.128.761
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA</b>		
(-) Imp. e Contrib. sobre Serv. Prestados	(1.492.470)	(1.443.350)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>8.981.991</b>	<b>8.685.411</b>
<b>CUSTO DE SERVIÇOS PRESTADOS</b>		
Custos Operacionais	(5.928.571)	(5.168.410)
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>3.053.420</b>	<b>3.517.001</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>		
Despesas Administrativas	(5.088.988)	(4.748.631)
Despesas/Receitas Financeiras	1.290.879	133.133
	(3.798.109)	(4.615.498)
	<b>(744.689)</b>	<b>(1.098.497)</b>
<b>PREJUÍZO ANTES DO IRPJ E CSLL</b>	<b>178.725</b>	<b>263.639</b>
<b>TRIB. DIFERIDOS IRPJ E CSLL S/ PREJ.</b>	<b>178.725</b>	<b>263.639</b>
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(565.964)</b>	<b>(834.858)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 - (Expressos em Reais)

	31/12/2010	31/12/2009
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Prejuízo Líquido do exercício	(565.963)	(834.857)
(+) Depreciações e amortizações	380.476	302.294
(+) Prov. de Partes Relac. de L. Prazo - DERSA	(748.808)	46.453
(+) Prov. de Créditos de Liquidação Duvidosa	-	1.063
(+) Ajustes a crédito no Ativo diferido AVP - 2010	883.598	-
(-) Créditos Fiscais Diferidos	(178.725)	(263.639)
	<b>(229.422)</b>	<b>(748.686)</b>

Aumento em Contas a Receber	170.720	(240.504)
Aumento em Tributos a Recuperar	(240.830)	(254.879)
Aumento em Adiantamentos de Pessoal	11.454	(11.454)
Aumento em Despesas Antecipadas	(84.999)	(3.651)
Aumento em Fornecedores	198.518	211.654
Aum. em Impostos e Contribuições a Recolher	101.488	(55.112)
Aumento em Remunerações e Encargos	(111.742)	112.196
Aumento em Contas a Pagar	1.923.912	681.307
Aumento em Adiantamento de Clientes	559	1.228
Aum. em Partes Relacionadas de Longo Prazo	-	(7.443)
Aumento em Verbas da União	-	161
	<b>1.969.580</b>	<b>433.503</b>
<b>Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operac.</b>	<b>1.740.158</b>	<b>(315.183)</b>

	31/12/2010	31/12/2009
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisição de Imobilizado	(3.443.397)	(1.163.078)
Aquisição de Intangível	(421.377)	(136.480)
<b>Caixa Líq. Consumido nas Ativid. de Invest.</b>	<b>(3.864.774)</b>	<b>(1.299.558)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Integralização de Capital	-	-
Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	5.000.000	1.100.000
<b>Caixa Líq. Provencido das Ativid. de Financ.</b>	<b>5.000.000</b>	<b>1.100.000</b>
Aumento (Red.) Liq. do Saldo de Caixa e Equiv.	2.875.384	(514.747)
Saldo de Caixa + Equiv. de Caixa em 31.12.2009	1.040.806	1.555.547
Saldo de Caixa + Equiv. de Caixa em 31.12.2010	2.655.330	1.040.806
<b>AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA</b>	<b>1.614.524</b>	<b>(514.741)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Acionista acima será classificado como "Adiantamento para Futuro Aumento de Capital". Em janeiro de 2010, a Companhia recebeu da Fazenda do Estado de São Paulo a última parcela dos recursos orçamentários para Investimentos, aprovada conforme Lei nº 13.289, de 22 de dezembro de 2008, no valor de R\$ 3.900.000,00 (três milhões e novecentos mil reais), destinada, entre outras intervenções, à contratação de obra de dragagem para a atracação de grandes embarcações.

**Parecer do conselho fiscal**

Os membros do Conselho Fiscal da COMPANHIA DOCAS DE SÃO SEBASTIÃO, em cumprimento às determinações legais e estatutárias, louvando-se no Parecer dos Auditores Independentes, manifestaram-se favoravelmente às Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício anual de 2010, deliberando que as peças estão formalmente em condições de serem submetidas à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas da Sociedade. São Paulo, 25 de fevereiro de 2011.

**Parecer do conselho de administração**

Os membros do Conselho de Administração da COMPANHIA DOCAS DE SÃO SEBASTIÃO, em cumprimento às determinações legais e estatutárias, tomaram conhecimento do Relatório da Administração e das Contas da Diretoria, referentes ao exercício anual de 2010 e louvando-se no Parecer dos Auditores Independentes, bem como do Conselho Fiscal, deliberaram que as referidas peças estão formalmente em condições de serem submetidas à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas da Sociedade. São Paulo, 18 de março de 2011.

Diretoria
<b>Frederico Victor Moreira Bussinger</b> Diretor Presidente
<b>Sergio Krichanã Rodrigues</b> Diretor de Administração e Finanças
<b>Paulo Rogério de Souza Almeida</b> Diretor de Gestão Portuária
Conselho de administração
<b>Mauro Guilherme Jardim Arce</b> - Presidente
<b>Elizete Aparecida Rossoni Miranda</b>
<b>José Geraldo Siqueira Vantine</b>
<b>Frederico Victor Moreira Bussinger</b>
<b>Agnaldo Rodrigues da Silva</b>
<b>Thomaz de Aquino Nogueira Neto</b>
Conselho fiscal
<b>Adriana Paranhos Pinto</b>
<b>Antonio Carlos dos Santos</b>
<b>Augusto Wagner Padilha Martins</b>
<b>Mario Dourado Batista</b>
<b>Renata de Andrade Leal</b>

Aos Administradores e Conselheiros da Companhia Docas de São Sebastião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Docas de São Sebastião, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 e 2009, as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis:** A administração da Companhia Docas de São Sebastião é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude

ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação

das demonstrações contábeis da Entidade para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Docas de São Sebastião em 31 de dezembro de 2010 e 2009, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. São Paulo, 15/02/2011. LCZ Auditores- CRC nº 2SP021267/O-3- Marcello Lopes dos Santos - CRC nº 1SP188429/O-2.